



DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
EM PELOTAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19,  
DE 2 DE OUTUBRO DE 2013

Declara a nulidade do ato cadastral que menciona junto ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PELOTAS - RS, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e com fundamento no artigo 33, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º Anulada, de ofício, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda, a inscrição nº 13.668.834/0001-11, em nome de JOSE CARLOS BITTENCOURT GAUTERIO 24343382087, por ter sido constatada a ocorrência de vício no ato de inscrição, conforme apurado no processo administrativo nº 11040.721023/2013-24.

Art. 2º Este Ato Declaratório somente terá validade após sua publicação no Diário Oficial da União, tendo eficácia retroativa à data da inscrição anulada.

RICARDO DE SOUZA MOREIRA

CONSELHO CURADOR DO FUNDO  
DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS

RESOLUÇÃO Nº 350, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 89ª reunião ordinária, realizada em 3 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 15.7.1.1, do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais - MNPO/FCVS, que passa a contar com a seguinte redação:

15.7.1.1 Previamente à baixa dos contratos no SICVS, a CAIXA encaminhará à Instituição de origem dos créditos a relação dos contratos que serão baixados no processamento batch mensal do SICVS.

Art. 2º Excluir as alíneas do subitem 15.7.1.1 no MNPO/FCVS.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 351, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 89ª reunião ordinária, realizada em 3 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Incluir o subitem 15.7.2.1 no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais, que passa a contar com a seguinte redação:

15.7.2.1 Na inexistência ou insuficiência de contratos pertencentes à Instituição originadora para suportar a totalidade das antecipações, a CAIXA migrará as deduções remanescentes para os demais contratos que garantiram os referidos pagamentos, em titularidade da Instituição Cessionária imediata, e assim sucessivamente, até a dedução total das antecipações.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 352, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 89ª reunião ordinária, realizada em 3 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 15.7 e seguintes, do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do Fundo de Compensação de Variações Salariais, que passam a contar com a seguinte redação:

15.7 Quitação prévia de dívidas de contribuições ao FCVS  
Fica a CAIXA autorizada a compensar previamente à instrução do processo de novação, na forma disposta pelo inciso I do Art.º 3º da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, as dívidas da Instituição Credora junto ao FCVS, provenientes de recolhimentos de contribuições mensais e trimestrais realizados em valores inferiores aos devidos, bem como de ausência de recolhimento de contribuições trimestrais ao Fundo, nos saldos devedores residuais de contratos habilitados pela Instituição Credora ao ressarcimento do Fundo, que estejam, cumulativamente, com RCV emitida e auditado no SICVS, atendendo às disposições a seguir:

a) a CAIXA encaminhará relatório das dívidas de contribuições ao FCVS da Instituição Credora, para que esta, no prazo improrrogável de até 120 dias contados do recebimento do referido relatório, ofereça contestação, com o encaminhamento da documentação comprobatória, à inadimplência apurada pela CAIXA;

b) expirado o prazo sem oferecimento de contestação pela Instituição Credora, ou após os ajustes devidos na base de contribuições ao FCVS, realizados pela CAIXA a partir da documentação oferecida pela Instituição Credora, a CAIXA deduzirá as dívidas apuradas nos saldos devedores residuais de contratos daquela, cujas competências das contribuições estejam compreendidas no período que permaneceu como titular dos contratos;

b.1) na inexistência ou insuficiência de contratos com saldos devedores residuais para suportar a totalidade das deduções das contribuições, a CAIXA deduzirá as contribuições remanescentes nos saldos devedores de contratos na titularidade da Instituição Credora Cessionária imediato, e assim sucessivamente, até a dedução total das contribuições devidas e não quitadas.

Art. 2º Incluir os subitens 15.8 e seguintes, no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS, com a redação constante do atual subitem 15.7 e seguintes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 353, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 89ª reunião ordinária, realizada em 3 de outubro de 2013, resolve:

Art.1º Alterar o subitem 10.4.7 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS, conforme redação a seguir:

10.4.7 Entrega da documentação ao FCVS pelo Agente Financeiro

O Agente Financeiro agendará a entrega da documentação de que trata o subitem 10.4.1, na forma disciplinada pela Administradora do FCVS, observando-se os prazos de entrega da documentação previstos neste Manual.

Art.2º Excluir o subitem 10.4.7.1 e renumerar os subitens 10.4.7.2 e 10.4.7.2.1 do MNPO, conforme redação abaixo:

10.4.7.1 Encaminhamento da documentação ao FCVS por serviço de entrega público ou privado. Caso o Agente Financeiro opte pelo envio dos dossiês por serviço de entrega, este ocorrerá por sua exclusiva responsabilidade, inclusive quanto aos custos inerentes à contratação dos serviços de entrega e recuperação.

10.4.7.1.1 O Agente Financeiro deverá manifestar-se na "Capa de Lote de Documentos para Habilitação ao FCVS", quanto à devolução ou descarte da documentação, após a respectiva digitalização pela Caixa.

Art.3º Alterar o subitem 10.4.8.2 do MNPO/FCVS, conforme redação abaixo:

10.4.8.2. Para entrega da documentação ao FCVS por meio de serviço público ou privado.

A Caixa digitalizará a documentação recebida na forma do subitem 10.4.1 e encaminhará ao Agente Financeiro, em meio digital, cópia da capa do lote de dossiês entregues, bem como das folhas de rosto dos dossiês com o ateste de recebimento dos documentos, que não poderão ser contestados pelo Agente Financeiro.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 354, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 89ª reunião, de 3 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Incluir os subitens 16.4.2 e 16.4.2.1 no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO, conforme redação abaixo:

16.4.2 No caso dos processos de novação em que a data de posicionamento do saldo devedor dos contratos que o compõem seja anterior a 13 de junho de 2013, excepcionalmente, a verificação do atendimento ao disposto nas alíneas "g", "h", "i", "j" e "m" do subitem 16.4 será efetivada pela Administradora do FCVS - CAIXA quando da remessa do dossiê do processo de novação à Controladoria-Geral da União.

16.4.2.1 Para esses processos os Agentes Financeiros devem atender as exigências de instrução até o dia 31 de janeiro de 2014 e, em caso de não atendimento, a CAIXA cancelará o processo de novação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 355, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do art. 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 89ª reunião ordinária, realizada em 3 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Alterar o subitem 11.4.1.4 do Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO, conforme redação abaixo:

11.4.1.4 Dedução dos valores de ressarcimento ao FCVS  
A CAIXA apurará os valores de ressarcimento na forma do subitem 11.4.1.3, que serão informados aos Agentes Financeiros até 15.01.2014, de modo que nos processos de novação iniciados a partir de 01.01.2014 os valores apurados sejam deduzidos do montante passível de novação pela Instituição Credora do FCVS.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 356, DE 3 DE OUTUBRO DE 2013

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÕES SALARIAIS - CCFCVS, na forma do artigo 27 da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, e dos incisos II e III do artigo 1º do Regulamento anexo ao Decreto nº 4.378, de 16 de setembro de 2002, em sua 89ª reunião ordinária, realizada em 3 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º Incluir o subitem 16.4.1 no Manual de Normas e Procedimentos Operacionais do FCVS - MNPO, conforme redação abaixo:

16.4.1 No processo de novação que envolva créditos adquiridos/cedidos, será exigido também

a) a regularidade de todas as carteiras de cada Agente Cedente dos créditos que integram o processo de novação quanto às exigências de que tratam as alíneas "d", "e", "g", "h" e "j", no período em que estes permaneceram como titular dos créditos a serem novados;

b) manifestação da CAIXA, na qualidade de Administradora do FCVS, para cada Agente Cedente, acerca da exigência de que trata a alínea "f";

c) a regularidade de todas as carteiras de cada Agente Cedente dos créditos que integram o processo de novação, acerca da exigência de que trata a alínea "m";

d) a regularidade da matrícula de origem dos créditos que integram o processo de novação, quanto à exigência prevista na alínea "b".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO  
Presidente do Conselho

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 455, DE 4 DE OUTUBRO DE 2013

Autoriza empenho e transferência de recursos para ações de Defesa Civil ao Estado de Santa Catarina.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, Interino, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o empenho e repasse de recurso ao Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 10.080.000,00 (dez milhões e oitenta mil reais), para a execução de ações de Socorro, Assistência às vítimas e Restabelecimento de serviços essenciais conforme processo nº 59050.001103/2013-77.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, observando a classificação orçamentária: PT: 06.182.2040.22BO.6500; Natureza de Despesa: 3.3.30.41; Fonte: 0388; UG: 530012; devendo ser assinada pelo gestor financeiro e pelo ordenador de despesa, para prosseguimento do processo.

Art. 3º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 4º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 5º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da execução das ações, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

FRANCISCO JOSÉ COELHO TEITEIRA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 449 de 02 de outubro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 04 de outubro de 2013, Seção 1, pag 93, no Art. 1º onde se lê "Diretor do Departamento de Programas Estratégicos", leia-se "Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos".